

Governo envia ao Congresso MP para retaliação aos EUA

Medida provisória define como o país pretende impor as sanções econômicas aprovadas pela Organização Mundial do Comércio no ano passado, depois que Brasil venceu disputa contra subsídios americanos ao plantio de algodão

Editada no último dia 10, a Medida Provisória 482/10, que já chegou ao Congresso, define quais instrumentos o governo pretende utilizar para impor sanções aos Estados Unidos, autorizadas no ano passado pela Organização Mundial do Comércio, após uma disputa de sete anos em torno da aplicação, pelos

EUA, de subsídios para manter elevada sua produção de algodão. O primeiro pacote atinge US\$ 560 milhões e envolve retaliações como maiores alíquotas de importação para produtos norte-americanos. Mas a MP prevê outras medidas, inclusive sanções sobre propriedade intelectual, como patentes, filmes e programas de computador. **2**

Senadores apoiam tema da Campanha da Fraternidade

Para Flávio Arns, tema “Economia e Vida” é uma oportunidade para a sociedade refletir sobre os seus melhores valores. Eduardo Suplicy ressalta que um dos meios para atingir objetivo da campanha é fomentar cooperativas de produção e instituir a renda básica de cidadania. **3**

Simon critica ações da Justiça em relação à PF

Peemedebista cita Satiagraha e Castelo de Areia como exemplos de operações prejudicadas por decisões judiciais. **4**

Importância do PT é ressaltada por João Pedro

Senador comenta início, hoje, do 4º congresso do partido, enquanto Paulo Paim comemora os 30 anos da legenda. **4**



Senador faz ressalvas a avanços

Agripino analisa resultados do governo Lula

Líder do DEM vê aumento da classe C como maior legado de Lula, mas critica falta de reformas estruturais. **4**



José Cruz/ABR

Geraldo Magela

Chega ao Congresso medida detalhando providências que país tomará após vencer batalha judicial por causa dos subsídios americanos ao algodão

MP define retaliações do Brasil contra os EUA

JÁ ESTÁ NO Congresso a Medida Provisória (MP) 482/10, editada no dia 10 deste mês, que servirá de base para as sanções comerciais anunciadas recentemente pelo governo contra os Estados Unidos. A MP está apoiada em resolução da Organização Mundial do Comércio (OMC), que em agosto de 2009 autorizou o Brasil a retaliar os norte-americanos como compensação pelos subsídios aos produtores de algodão (veja matéria à direita).

A novidade da medida é a possibilidade de sanções sobre direitos de propriedade intelectual (filmes e programas de computador, por exemplo). Outro setor passível de ser atingido é o de serviços. A legislação em vigor até a edição da MP somente possibilitava retaliações a produtos como os agrícolas e industriais.

De todo modo, o primeiro pacote de sanções, num valor de US\$ 560 milhões, decidido pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) no dia 9, não inclui itens de natureza intelectual – até porque a MP ainda não havia sido baixada.

A restrição aos bens tangíveis se dará por meio de aumento de imposto, dificultando e até impedindo a sua compra. No caso dos bens intangíveis, a MP prevê a perda de direitos intelectuais ou o bloqueio do envio de royalties sobre a venda do material.



Sanções poderão ser impostas sobre os direitos de propriedade intelectual de programas de computador, por exemplo

Segundo notícia veiculada no site G1, o governo incluiu na lista de retaliações (até agora não divulgada) "somente produtos que podem ser comprados de outros mercados". Os itens poderão ter sua alíquota de importação elevada em até 100 pontos percentuais. "Se, por exemplo, um produto tem uma alíquota normal de 15%, ela

poderá ser aumentada, com a medida, para até 115%", explica a reportagem.

De acordo com o mesmo site, a secretária-executiva da Camex, Lytha Spíndola, lembrou que é de US\$ 830 milhões o valor que o Brasil tem direito a retaliar, por conta da decisão da OMC. "O Brasil pode retaliar parte em bens e parte como retaliação

cruzada [serviços e propriedade intelectual]. A retaliação em bens deveria ser de US\$ 560 milhões. A diferença poderá ser em propriedade intelectual ou em serviços", disse ela.

A medida provisória oferece ao governo brasileiro a possibilidade de aplicar sanções sobre direitos de propriedade intelectual.

Decisão histórica da OMC veio em agosto de 2009

Sediada em Genebra, na Suíça, a Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou o Brasil, em 31 de agosto passado, a adotar sanções comerciais contra os Estados Unidos, por este não ter eliminado os subsídios dados aos seus produtores de algodão. Era a vitória final após uma longa batalha de sete anos. Contudo, o resultado ficou aquém do esperado pelo governo brasileiro.

Para que a decisão de agosto fosse efetivamente implementada, o Brasil deveria esperar pela autorização do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, que em 19 de novembro passado deu sinal verde.

Foi a quinta grande decisão da OMC sobre o tema desde que o Brasil levou o caso ao julgamento da organização. Segundo a denúncia brasileira, os EUA só conseguiram se manter como segundo maior produtor de algodão do planeta porque gastam anualmente US\$ 3 bilhões em subsídios. A China é o maior produtor e o Brasil ocupa a quinta colocação.

Em geral, sanções comerciais autorizadas pela OMC se refletem em tarifas adicionais cobradas na importação. No caso brasileiro, no entanto, a organização autorizou ainda retaliações cruzadas, que podem envolver a área de patentes.

Senado retoma votações com pauta trancada por três MPs

O Senado Federal retomou ontem os trabalhos depois do carnaval com pauta trancada por três medidas provisórias (MPs). As votações foram transferidas para hoje.

A MP 469/09, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,168 bilhões para os ministérios da Saúde e dos Transportes, tem como relator o senador Geovani Borges (PMDB-AP). Os recursos foram destinados à prevenção e ao combate da gripe A (H1N1). Do total, R\$ 2,163 bilhões foram para o Ministério da Saúde e os demais R\$ 5 milhões para órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes.

Também obstruem a pauta o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/09 e a MP 471/09. Proveniente da MP 470/09, o proje-



César Borges é o relator da MP que mantém incentivo a montadoras

to autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil. Os recursos destinados à Caixa visaram atender à demanda por empréstimos e fi-



Gim Argello apresentará parecer sobre crédito de R\$ 6 bilhões à Caixa

nanciamentos dirigida à instituição. Os recursos para o Banco do Nordeste, incluídos pela Câmara dos Deputados na MP original do Poder Executivo, também visam "fortalecer a área de atuação da instituição", segundo o

relator do projeto na Câmara, deputado Jovair Arantes (PTB-GO). Relata o PLV o senador Gim Argello (PTB-DF).

Já a MP 471/09 passou a trancar a pauta a partir de ontem. Por meio da medida, o governo estendeu a vigência de incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A partir de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2015, essas empresas poderão apurar o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como ressarcimento das suas contribuições à seguridade social (PIS e Cofins). O incentivo seria extinto em 31 de dezembro de 2010. O relator é o senador César Borges (PR-BA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Incentivo a montadoras em votação no Plenário

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. Entre as três medidas provisórias que trancam a pauta de votações, está a MP 471/09, que concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também tranca a pauta o PLC 280/09, que trata da formação de professores da educação básica.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Pedro • Romeu Tuma • Flávio Arns • Adelmir Santana

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Ery Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Educação para todos é um dos meios para atingir objetivo da CNBB, diz Suplicy



Eduardo Suplicy destaca ainda que promoção da campanha deste ano é ecumênica

Eduardo Suplicy (PT-SP) listou instrumentos de política pública e econômica compatíveis com a Campanha da Fraternidade 2010, como a universalização de uma educação de qualidade; o

acesso de todos a uma boa assistência à saúde; a ampliação da reforma agrária, com o fomento da forma cooperativa de produção e um maior acesso ao microcrédito; e a instituição da renda básica da cidadania, "o direito de todas as pessoas participarem da riqueza da nação".

Suplicy destacou que a Campanha da Fraternidade deste ano será ecumênica, com a participação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil, integrado por cinco igrejas: além da Católica, a Anglicana, a Luterana, a Ortodoxa e a Presbiteriana.

O senador destacou ainda artigo da jornalista Dorrit Harazim em homenagem à coordenadora da Pastoral da Criança, a médica Zilda Arns, uma dos milhares de vítimas do terremoto que atingiu o Haiti em janeiro.

Tuma cita arcebispo: respeito aos direitos humanos ainda não é fato consumado

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) chamou a atenção para artigo do cardeal dom Odilo Scherer, arcebispo de São Paulo, sobre a atualidade do debate em tor-



Romeu Tuma, ao citar dom Odilo Scherer, destaca atualidade do debate sobre direitos humanos

no dos direitos humanos. Publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no último sábado e intitulado "Direitos humanos: vamos com calma", o artigo do religioso afirma que "o respeito aos direitos humanos ainda não é um fato gerado e consumado", sendo constatadas diariamente violações desses direitos.

Dom Odilo Scherer acredita que a Declaração Universal dos Direitos Humanos serve para defender e promover a dignidade da pessoa, a tal ponto que seria impossível separar tais direitos da dignidade humana. O cardeal diz ainda temer que o descrédito por que passam os direitos humanos – constatado pelo aumento da violência, por exemplo – resulte em prejuízos para a sociedade.

Geovani Borges lembra significado da celebração da quaresma, iniciada ontem

Geovani Borges (PMDB-AP) ressaltou que na quarta-feira de cinzas, ontem, teve início a quaresma, período reservado pelos católicos para a reflexão e



Para o senador, período convida a uma reflexão pessoal que significa um recomeço

a conversão espiritual. Os cristãos "são convidados a se aproximar de Deus, fazendo uma comparação entre suas vidas e a mensagem dos Evangelhos".

– Essa comparação silenciosa, pessoal e única significa um recomeço, o renascimento para as questões espirituais, o crescimento pessoal – afirmou.

Geovani Borges explicou que a palavra "quaresma" vem do latim *quadragesima* e é utilizada para designar o período de 40 dias que antecede a festa ápice do cristianismo, a ressurreição de Cristo, comemorada no domingo de Páscoa.

Salientando que não pregava em favor de nenhuma religião, declarou que sua intenção era falar sobre valores humanos fundamentais: fé, esperança e justiça.

Marisa critica apelo à erotização de crianças e adolescentes no carnaval

Com o fim do carnaval, o momento é de retomar a luta pela saúde e pela integridade física e moral da juventude, disse ontem Marisa Serrano (PSDB-MS), que criticou o apelo à erotização vivenciado nesses dias de festa. Ela citou como exemplo a polêmica em torno da menina de 7 anos que desfilou como rainha da bateria da escola de samba Unidos do Viradouro, do Rio de Janeiro.

Para mobilizar governo e sociedade em torno da necessidade de esclarecer jovens sobre os riscos do sexo precoce, a senadora apresentou, na semana passada, projeto instituindo a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez Adolescente, a ser realizada sempre na primeira semana de fevereiro, antes do carnaval. O proje-



Marisa Serrano propôs criação da Semana Nacional de Prevenção à Gravidez Adolescente (PLS 13/10) obriga o poder público a realizar campanhas educativas e inserir as adolescentes nos programas de atendimento à saúde feminina.

Senador conclama a sociedade a uma mudança de postura capaz de produzir em cada um a vontade de se envolver com a causa do outro



Cooperativa de reciclagem em Brasília: Arns frisa relação entre economia, vida e preservação ambiental



Flávio Arns exalta tema da Campanha da Fraternidade

FLÁVIO ARNS (PSDB-PR) destacou ontem o início da Campanha da Fraternidade de 2010, cujo tema é "Economia e Vida". Trata-se, segundo afirmou, de uma oportunidade para a sociedade refletir sobre as relações sociais e a postura diante da vida, em busca da recuperação dos "melhores valores" e da "humanidade que vem se perdendo".

O senador observou que "o Brasil tem potencial para promover a vida em abundância, como as pastorais das igrejas desejam". Ele disse que o trabalho dessas pastorais e das comunidades tem dado ao governo exemplos do que é possível fazer quando todos se sentem comprometidos.

A campanha deste ano, acrescentou, propõe-se a contribuir para equacionar a relação entre economia, vida humana e conservação do meio ambiente.

Flávio Arns lembrou tragédias como deslizamentos, terremotos, maremotos e enchentes, citando particularmente os problemas que atingiram Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Dizendo que as

catástrofes também fazem o brasileiro tirar de si "o que ele tem de melhor" – o senso de partilha e a capacidade de se unir ao próximo na adversidade –, o senador pediu uma mudança de postura capaz de produzir em cada um a vontade de se envolver com a causa do outro pelo bem de toda a comunidade.

Arns cobrou também atenção ao lema da campanha: "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro" (frase do Evangelho segundo São Mateus). Ele atribuiu à ganância e à ambição desmedidas o estado de pobreza e de miséria em que vive grande parte da Humanidade neste século 21.

Romeu Tuma (PTB-SP) culpou a ganância pelo crescimento da corrupção no país. Paulo Paim (PT-RS) elogiou a decisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – promotora da Campanha da Fraternidade de 2010 em parceria com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) – de chamar o movimento dos aposentados para discutir a ajuda à luta pela recuperação dos benefícios previdenciários.

Campanha CNBB tem como lema "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro"

Com o tema "Economia e Vida" e o lema "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro", foi lançada na quarta-feira de cinzas a Campanha da Fraternidade de 2010. O objetivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), responsável pela campanha, é "colaborar para a promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das igrejas cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão".

Pela terceira vez (2000 e 2005), a CNBB promove a campanha deste ano com as igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, do qual, além da Católica Romana, ainda fazem parte as igrejas Cristã Reformada, Anglicana, Luterana, Ortodoxa e Presbiteriana Unida.

Além do objetivo geral, a campanha também pretende "sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar todas as pessoas que a constituem; buscar a superação do consumismo, que faz com que 'ter' seja mais importante do que as pessoas; criar laços entre as pessoas de convivência mais próxima em vista do conhecimento mútuo e da superação tanto do individualismo como das dificuldades pessoais; mostrar a relação entre fé e vida, a partir da prática da justiça como dimensão constitutiva do anúncio do evangelho; e reconhecer as responsabilidades individuais diante dos problemas decorrentes da vida econômica, em vista da própria conversão".

A Campanha da Fraternidade, iniciada em 1962 e apoiada pela CNBB desde 1964, já abordou temas como trabalho, saúde, violência, fome, juventude, moradia etc.



Simon alerta para choque provocado por decisões de tribunais superiores

Simon analisa ação do Judiciário em operações da PF

Pedro Simon (PMDB-RS) fez uma análise da atuação do Judiciário brasileiro em relação a operações da Polícia Federal. Para ele, decisões de tribunais superiores entraram em choque com decisões de primeira instância tanto na Operação Satiagraha quanto na Operação Castelo de Areia.

O senador leu o artigo "A Justiça na UTI", da procuradora Janice Ascari, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em dezembro do ano passado, no qual ela diz que "após sucessivas intervenções jurídicas incomuns" as investigações sobre "um dos mais escabrosos casos de corrupção" do Brasil foram prejudicadas. Simon também lembrou que liminares "podem invalidar as investigações da Satiagraha", pois suspenderam ações e invalidaram provas da operação.

Adelmir Santana: intervenção seria "medida drástica"

Contrário a qualquer intervenção política no Distrito Federal, Adelmir Santana (DEM-DF) pediu que a medida "não seja utilizada como instrumento político".

Embora a intervenção seja legítima e constitucional, é "uma medida drástica que traria sérias consequências políticas e administrativas".

Para o senador, a crise atualmente vivida pelo DF "é profunda e tem raízes antigas", e o aprofundamento das investigações pode permitir que "essas raízes possam ser extirpadas de vez".

Na opinião de Adelmir, é fundamental que a cidade receba todas as obras já começadas pelo atual governo.

– Como senador por Brasília, no cumprimento da minha função de fiscalizar o Executivo, acompanharei e cobrarei cada compromisso assumido pelo governo Arruda, e agora pelo governo Paulo Octávio – declarou o senador.



Para Adelmir, crise tem raízes antigas, que devem ser extirpadas

Senador afirma que desafio do futuro governo é implementar reformas para sustentar a mobilidade social de 18 milhões de brasileiros que saíram das classes D e E

José Agripino: crescimento da classe C deve ser sustentado

O LÍDER DO DEM, senador José Agripino (RN), reconheceu que a migração de 18 milhões de brasileiros das classes D e E para a classe C será o maior legado que o atual governo deixará para seu sucessor, assim como a estabilização da economia foi a principal herança do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador atribuiu o crescimento da classe C à elevação do salário mínimo, à expansão do programa Bolsa Família e ao crescimento do crédito consignado. Depois de considerar "artificial" essa expansão, Agripino afirmou que o desafio do futuro governo é implementar reformas que sustentem essa mobilidade social.

Para Agripino, é necessário que se conceda aos beneficiários do Bolsa Família a porta de saída efetiva da pobreza,



Presidente Lula fica devendo reformas sindical, trabalhista e política, diz Agripino

"com a chave da qualificação profissional". Isso, segundo ele, só será possível com a expansão da infraestrutura e do mercado de trabalho e com o crescimento sustentado da economia.

As bases para essa consolidação, na avaliação do senador, o presidente Lula "fica devendo"

ao Brasil: as reformas sindical, trabalhista e política. O governo está em débito também, acrescentou, com a saúde pública e com a segurança.

– Mesmo com a classe C aumentando, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) piorou – acrescentou Agripino.

Raupp pede que governo lidere pacto pela educação

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que o governo federal assumisse o papel central no processo de construção de um sistema educacional de qualidade, voltado para todos os brasileiros, sem qualquer exclusão. Estados e municípios já fazem mais do que efetivamente podem, acrescentou, declarando que está mais do que provado que a educação integral é o caminho natural e insubstituível para construir a cidadania e alicerçar o desenvolvimento.

– Educação integral pressupõe colocar à disposição das crianças, adolescentes e jovens escolas



Para Valdir Raupp, educação integral pode ser universalizada em 20 anos

fisicamente bem construídas e conservadas, com adequados equipamentos, laboratórios e

bibliotecas, sem falar em condições instalações para as práticas desportivas. Claro que isso custa dinheiro.

Raupp lembrou que todos os países vitoriosos investiram em educação e que esse tipo de gasto trata-se de uma escolha política. Ele sugeriu um pacto nacional pelo qual, durante duas décadas, União, estados e municípios assumiriam responsabilidades com o objetivo de permitir que a educação brasileira dê o salto que ela tanto necessita. A universalização seria consequência desse movimento.

Alvaro rebate crítica à atuação de parlamentares do Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) rebateu crítica de *A Gazeta do Povo* aos parlamentares do Paraná, que, segundo o jornal, teriam ação política fraca, deixando o estado no fim da fila dos repasses de recursos do Orçamento de 2010.

Conforme a matéria, entre os 27 estados, o Paraná deverá receber o segundo menor valor, R\$ 421 por habitante, porque governador, deputados e senadores não atuam juntos

no interesse do estado e não costumam pressionar o governo federal por mais verbas.

Alvaro afirmou que a escassez de recursos para o estado não é da responsabilidade dos parlamentares. A seu ver, o que há é insensibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O presidente, quando vai ao Paraná, vai de mãos vazias. Eu não vi nenhuma inauguração importante do presidente nesses últimos



"O que há é insensibilidade do presidente Lula", afirma Alvaro

sete anos no Paraná, e não vejo possibilidade de qualquer inauguração até o final deste ano.

Flexa Ribeiro critica importação de gasolina

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a decisão da Petrobras de importar 270 mil metros cúbicos de gasolina da Venezuela para atender a demanda do mercado brasileiro. Conforme nota divulgada pela empresa, a necessidade de aquisição do combustível no exterior se deu devido a problemas que o etanol brasileiro vem enfrentando nos últimos meses, com a chuva e o desvio de parte da cana para a produção de açúcar, commodity que está no momento com excelente cotação no mercado internacional.

Para o senador, a crise do combustível é resultado da falta de planejamento do governo do PT.

Augusto alerta contra queimadas em Roraima

Augusto Botelho (PT-RR) pediu, ontem, à população do interior de Roraima que tome os cuidados necessários para a redução das queimadas no estado, evitando jogar cigarros acesos nas matas e fazer fogueiras em pescarias.

Ele disse que, com a falta de chuvas no estado, o gado está morrendo e as florestas estão secas. Conforme frisou, os grupos de combate a incêndios não conseguem "dar conta da demanda".

Augusto também agradeceu ao presidente Lula e ao Ministério da Saúde a liberação de parte dos recursos para a construção de um hospital em Boa Vista, com 160 leitos.



4º Congresso do PT começa hoje, em Brasília, lembrou o senador

João Pedro destaca a importância política do PT

O 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores, que começa hoje em Brasília, levou João Pedro (PT-AM) a lembrar as contribuições dadas por seu partido para a consolidação da democracia no país. Ele ressaltou ontem que, desde a fundação do PT, em 1980, a agremiação tem atuado no cenário nacional buscando contemplar interesses de grupos minoritários mediante, por exemplo, o sistema de escolha de delegados para a participação em congressos do partido.

Para o senador, o fortalecimento de um grande partido como o PT não se dá apenas pelo alistamento de filiados, mas pelo apoio constante da sociedade, pelo expressivo número de prefeituras conquistadas em todo o país, pela bancada de senadores, deputados e vereadores, e também pela conquista da Presidência da República.

Paim comemora 30 anos de fundação do seu partido

Paulo Paim (PT-RS) registrou os 30 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores, completados no último dia 10, e destacou as realizações da legenda durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre elas, apontou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; o Programa Universidade para Todos; o crescimento do produto interno bruto (PIB); a queda do desemprego, de 10% para 6%, de 2003 a 2010; o reajuste de 133% no salário mínimo, em relação a 2003; e o aumento das reservas internacionais.

– Hoje podemos afirmar que nós, do PT, estamos construindo um novo Brasil. Nós estamos fazendo história. Caminhamos de forma acelerada para uma pátria livre, justa, solidária e libertária – afirmou, cumprimentando colegas de partido no Rio Grande do Sul, como o presidente recém-empossado, Raul Pont.



Segundo Paim, o PT está construindo um novo Brasil e fazendo história